

**A ATUAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NO PROCESSO DE ESTUDO E
IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM
ERECHIM/RS**

Fabiane Ribeiro Petkowicz ^{1*}
Lidiane Limana Puiati Pagliarin ^{2**}

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação de gestores escolares no processo de estudo e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em especial, em escolas de Educação Infantil. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, com análise documental e coleta de dados com gestores e professores atuantes em Escolas Municipais de Educação Infantil do município de Erechim/RS por meio de questionários. Em síntese, pode-se afirmar que a maioria dos docentes avalia a BNCC positivamente, considerando um documento de relevância para a etapa da Educação Infantil. Assim, os gestores na presente pesquisa consideraram pertinentes a formação recebida relatando suas experiências e ações já desenvolvidas para a implementação da BNCC nas escolas.

Palavras-chave: BNCC, Educação Infantil, gestores, escolas públicas.

RESUMEN

El presente artículo analiza la actuación de gestores escolares en el proceso de estudio y implementación de la *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), en especial en escuelas de Educación Infantil. Para eso, se desarrolló una investigación cualitativa, con análisis documental y recolección de datos con gestores e maestros actuantes en Escuelas Municipales de Educación Infantil del municipio de Erechim/RS por medio de cuestionarios. En síntesis, se puede afirmar que la mayoría de los docentes evalúan la BNCC positivamente, considerando un documento de relevancia para la etapa de la Educación Infantil. Así, los gestores en la presente investigación consideraron pertinentes la formación recibida relatando sus experiencias y acciones ya desarrolladas para la implementación de la BNCC en las escuelas.

Palabras-clave: BNCC, Educación Infantil, gestores, escuelas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em 2017, sendo um documento orientador e normativo que define um conjunto de aprendizagens básicas e essenciais que as crianças/adolescentes devem desenvolver no decorrer das etapas da Educação Básica. O documento visa assegurar os direitos de aprendizagens e desenvolvimento dessas crianças e adolescentes conforme orienta

^{1**} Acadêmica da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS/ERECHIM. Curso de Especialização em Gestão Escolar: Direção, coordenação, supervisão escolar.

^{2***} Professora efetiva – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – campus Erechim - RS). Doutora e mestre em Educação, Licenciada em Pedagogia. E-mail: lidiane.puiati@uffs.edu.br.

o Plano Nacional de Educação. Desta forma, além de assegurar os direitos de aprendizagens, o documento objetiva orientar a partir dos princípios éticos, políticos e estéticos o desenvolvimento da criança em sua integralidade. É também objetivo da BNCC auxiliar na segurança de um patamar comum de aprendizagens a todos (BRASIL, 2017).

Desta forma, por ser um documento normativo, está impactando e ainda impactará significativamente na educação nacional, pois exige mais reflexões acerca do processo de aprendizagem das crianças/adolescentes, além de revisões dos documentos norteadores estaduais, municipais e escolares, tais como Regimentos, Projeto Político-Pedagógico, Planos de ensino das instituições. Esse movimento de reedição dos documentos escolares ganhou força em 2019, quando municípios e estados iniciaram o estudo da BNCC.

Foi nesse ano que formações continuadas para professores e equipes diretivas ocorreram em todo o país. Os chamados “Dia D” consistiam em uma parada no horário de expediente em um dia da semana, em datas previamente enviadas para as escolas. Nesse dia, as mantenedoras recebiam orientações de órgãos como a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), encarregados de dirigir esse dia no âmbito nacional, estadual e municipal adequando os encaminhamentos de acordo com as especificidades e organização de cada localidade de ensino.

Contudo, o processo de implementação da BNCC que estava previsto para o ano letivo de 2020, em decorrência da Pandemia Covid-19 foi adiado, exigindo um novo modelo de educação, visto que as aulas foram canceladas e, depois, readequadas em todo o território, redimensionando o trabalho dos profissionais da educação, famílias e estudantes.

Assim, no ano de 2020, cada mantenedora e escola teve a liberdade de se organizar para estudos específicos com professores e funcionários de cada instituição, uma vez que os gestores têm papel fundamental na formação docente, no incentivo dos profissionais atuantes nos espaços educacionais e na condução para a reflexão de suas práticas dentro da sua realidade escolar, pertencente a uma comunidade específica e em um contexto específico.

Por isso, o objetivo da pesquisa foi compreender o papel do Gestor Escolar em um contexto de estudo e implementação do documento normativo Base Nacional Comum Curricular em Escolas Municipais de Educação Infantil de Erechim/RS.

E, deste modo, o problema do estudo se configurou em “Como as escolas públicas municipais de Educação Infantil de Erechim/RS estão se organizando para estudar e implementar a BNCC e como os gestores escolares estão contribuindo para as demandas formativas dos docentes?”.

A questão foi construída a partir de uma necessidade presente no contexto escolar na contemporaneidade, observando as demandas e desafios enquanto gestor na implementação da BNCC. Assim, surgem algumas reflexões de cunho investigativo acerca da organização das escolas no município de Erechim, levando em consideração as formações existentes para os gestores, as orientações recebidas e a maneira de condução do trabalho com os docentes no estudo da Base Nacional Comum Curricular.

Importante ressaltar que cada escola organiza seu trabalho pedagógico de maneira autônoma e diversa, assim como cada equipe gestora conduz esse trabalho de forma singular. Nesse sentido, tornou-se importante compreender como estava ocorrendo o estudo e a implementação de um documento orientador e normativo que prevê reorganização do Projeto Político-Pedagógico, bem como dos currículos escolares, preservando os direitos de aprendizagem das crianças.

Assim, os objetivos específicos da pesquisa foram: Identificar as principais orientações presentes na BNCC em relação às aprendizagens e campos de experiência na Educação Infantil; Identificar o papel do gestor escolar no processo de estudo e implementação da BNCC; Compreender as contribuições dos gestores na formação continuada dos docentes no estudo da BNCC; Analisar o trabalho desenvolvido com os docentes no processo formativo relacionado à implementação do documento; Analisar como a pandemia da Covid-19 impactou no processo de estudo e implementação da BNCC nas escolas.

A pesquisa está organizada em dois capítulos: um de revisão de literatura, abordando o histórico da BNCC, sua relação com o currículo escolar e especificidades da educação infantil, além do conceito de gestor e a importância do mesmo em um contexto de mudanças políticas curriculares e a formação continuada de professores e gestores. O segundo capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa realizada com professores e gestores de escolas municipais de Erechim/RS, sob a análise da teoria fundamentada de Charmaz (2009).

2 A BNCC, A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS GESTORES ESCOLARES

A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que prevê um conjunto de aprendizagens essenciais ao sistema brasileiro nas modalidades da Educação Básica, com objetivo de assegurar direitos de aprendizagem e desenvolvimento a todas as crianças/adolescentes, desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio, conforme observa-se na introdução do próprio documento:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)² (BRASIL, 2018, p. 07).

Assim, compreende-se que a BNCC vem para normatizar a educação em nível nacional, orientada pelos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Além disso, o documento traz consigo as Competências Gerais da Educação Básica, abordando as aprendizagens essenciais para cada etapa de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular foi homologada em partes, sendo primeiramente a etapa da Educação Infantil e Ensino Fundamental e posteriormente a correspondente ao Ensino Médio. Observa-se uma linguagem comum geral no documento, porém como cada estado e município do país contém especificidades, contextos e realidades distintas, faz-se necessária a adequação do documento a cada região. Por isso, torna-se relevante entender como cada escola está se organizando no sentido de proporcionar momentos de estudo do documento e interpretá-lo à luz do seu contexto e não simplesmente tornar o documento escolar uma cópia do documento nacional.

É importante ressaltar que o documento é pauta de críticas relacionadas a uma certa visão instrumental dos processos educacionais. Barbosa, Silveira e Soares (2019) afirmam que o aspecto dessa proposta da BNCC é uma forma de regulação do trabalho docente pautando em seus objetivos alfanuméricos, talvez uma forma de fazer desaparecer a avaliação de contexto e as interações entre

crianças e seus diferentes pares. Assim, pode-se observar a preocupação também na etapa da Educação Infantil com uma possível configuração de avaliação objetiva da criança e do processo de aprendizagem delas, observando e regulando o que é ensinado e o que é aprendido.

Nas várias versões e modificações do documento, foram observados pelos autores o conceito da criança como sujeito potente, sendo agentes do seu próprio conhecimento, contudo, os mesmos defendem o pressuposto de que as aprendizagens acontecem não de forma individual, mas articuladas, sendo um processo compartilhado. Desta forma, dois pontos ressaltados por Barbosa, Silveira e Soares (2019), são: a) os direitos sociais (vida digna, moradia, boa alimentação, saúde) não constarem nos fundamentos da BNCC; b) substituição de direitos sociais pelos direitos de aprendizagem que, segundo os autores, não se equivalem.

Contudo, como mencionado acima, a construção e implementação desse documento percorreu um minucioso caminho. Segundo o próprio documento (BRASIL, 2018), em 06 de abril de 2017 a proposta da BNCC foi entregue ao Conselho Nacional de Educação, pelo Ministério da Educação. Assim, o CNE em audiências públicas regionais nas cidades de Manaus, Recife, Florianópolis e Brasília, buscou elementos para a regulamentação da Base Nacional Comum Curricular.

Ainda, segundo o Ministério da Educação, a partir destas audiências, resultaram documentos protocolados e contribuições, além disso, os conselheiros tomaram ciência das contribuições de diferentes instituições e entidades, ajustando e adequando a proposta da BNCC levando em consideração a pluralidade brasileira no âmbito da educação.

Desta maneira, conforme o portal do Ministério da Educação, duas datas importantes fizeram parte da trajetória da BNCC, sendo elas:

No dia 15 de dezembro, o parecer e o projeto de resolução apresentados pelos conselheiros relatores do CNE foram votados em Sessão do Conselho Pleno e aprovados com 20 votos a favor e 3 contrários. Com esse resultado, seguiram para a homologação no MEC, que aconteceu no dia 20 de dezembro.

E no dia 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Lembrando que a BNCC aprovada se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, sendo que a Base do Ensino Médio será objeto de elaboração e deliberação posteriores.

Agora, conforme dispõe a Resolução, caberá ao CNE resolver as questões suscitadas durante o processo de implementação da Base (BRASIL, 2018)

Desta forma, com a implementação da BNCC na Educação Infantil e Ensino Fundamental, muito é necessário estudar sobre a sua relação com o currículo. A Base Nacional Comum Curricular ressalta que ela e o currículo apresentam segurança nas aprendizagens primordiais em cada etapa da Educação Básica, uma vez que o conhecimento e aprendizagens existem a partir de decisões tomadas refletindo nas orientações da BNCC o contexto em que se está inserido e a realidade local. A Base ainda ressalta, que as redes de ensino, bem como as instituições escolares possuem autonomia para elaborar seus currículos.

Além do mais, partindo desse pressuposto, o documento ainda aborda que com a participação das famílias e da comunidade existem algumas ações que resultam em decisões que segundo a própria BNCC, devem ser levadas em consideração na hora de refletir e formular os currículos:

- contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas;
- decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;
- selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;
- construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos;
- selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;
- criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem;
- manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das escolas e sistemas de ensino (BRASIL, 2018)

Deste modo, as instituições públicas e privadas são levadas a repensar seus currículos, de forma a contemplar as orientações da BNCC em todas as modalidades de ensino, sendo Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância, além de pensar na formação do professor e dos próprios

gestores, uma formação contínua que visa o aperfeiçoamento nos processos de ensino.

Cabe destacar que a BNCC vem recebendo algumas críticas também em relação com o currículo escolar. Aguiar e Dourado (2018) e Manfré (2020) destacam algumas dessas críticas: sobre a forma rápida com que ela foi elaborada e as mudanças da 1ª para a 3ª versão; a não participação dos professores das escolas públicas na construção da BNCC; a BNCC é a parte comum do currículo escolar e é considerada extensa, deixando pouco espaço para a parte diversificada do currículo (que deve ser pensada nas escolas para atender as características locais e regionais); a BNCC fomenta a semi-formação, um currículo instrumental ou de resultados, voltados para atender interesses mercadológicos (“pedagogia das competências”).

Além disso, Correa (2019) explicita a participação questionável da comunidade, uma vez que a penúltima versão da BNCC foi encaminhada ao MEC de modo sigiloso, a comunidade só teve acesso ao conteúdo do documento por causa de um jornal de circulação nacional que a obteve e divulgou. Ou seja, nesse contexto esteve claro segundo a autora, o interesse do MEC de que o CNE aprovasse sua versão sem possibilidades de questionamentos a respeito.

Sob as lentes da mesma autora, a BNCC é uma tradução em termos curriculares do que é uma educação que não se configura como um direito, mas como um meio de conformação do que é uma sociedade desigual, internamente e globalmente (mercantilista). Manfré (2020) apoia-se em Frigotto (2003) para afirmar que observa que essa pedagogia de competências é o que sustenta essa teoria mercadológica, tendo o mercado como parâmetro de tudo. Assim, o educar por competências imprime um conceito para a “competitividade, empregabilidade, produtividade”. Ainda, afirma que parecem que as noções de habilidades, qualificação e competências estão como últimos princípios na formação do sujeito na contemporaneidade. Assim, compreendem que a BNCC traz esse olhar mercadológico, instrumental ou de resultados para a etapa da educação básica.

Além disso, outra crítica está relacionada à participação dos professores e profissionais da área, posta pelos autores como um processo que de fato não acolheu nem levou em consideração os sujeitos do chão de escola, ou seja, não contou com a participação efetiva desses, não havendo um diálogo e escuta de professores, estudantes, diretores, pais. No entanto, mesmo não possuindo efetiva

participação no documento, esses profissionais precisam se apropriar da BNCC em sua prática.

Nesse sentido, entende-se que cabe aos docentes das escolas, junto à equipe diretiva, não realizar alinhamento e adequações dos documentos orientadores das escolas a partir da BNCC, mas sim compreender a Base, fazer uma leitura crítica e promover debates no sentido de construir uma proposta pedagógica que, de fato, os professores acreditem e defendam, não somente trabalhar no sentido de uma reprodução do documento.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC

A BNCC provoca a Educação Infantil a repensar seu currículo refletindo os conceitos de criança, integralidade, infância, escola, educação, formação continuada, planejamento, além de outros pressupostos da Base Nacional Comum Curricular.

A Base traz a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, não como preparatória, mas sob o olhar de fundamento do processo educacional. Desta forma, pautada sob os eixos norteadores que são o educar e o cuidar, a BNCC visa articular os saberes advindos do grupo familiar e experiências que as crianças já possuem, com vivências pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças. Para isso, o documento ainda ressalta que a relação entre a instituição e família são essenciais.

Além disso, as práticas pedagógicas na educação infantil são estruturadas pelos eixos interações e brincadeiras que constituem as aprendizagens promovendo o desenvolvimento integral das crianças. Tendo em vista esses eixos, o documento assegura seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento nessa etapa da Educação Infantil, são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2018).

Deste modo, os seis direitos estão presentes em cada campo de experiência do documento, objetivando assegurar o conceito de criança como:

ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2018, p.36).

Assim, é necessário o educador mediar esse processo, possuindo a intencionalidade educativa para promover a aprendizagem das crianças respeitando seus direitos e o olhar como sujeito. A educação infantil envolve descobertas, interações e planejamento do educador pautado sobre brincadeiras e sob as lentes que visualizam aprendizagens em tempos e espaços diversos.

No entanto, para Correa (2019), a BNCC traz uma educação que não se configura como direito, mas como uma forma de se conformar com sociedades desiguais e para isso faz alusão à Moysés Khulmann Jr. quando analisou as primeiras propostas para a Educação Infantil para pobres no Brasil e as chamou de “pedagogia da submissão”.

Além disso, a autora faz uma crítica ao alinhamento da BNCC com a Agenda de 2030 da ONU sobre alguns pontos, como por exemplo: concepção retrógrada de que a Educação Infantil seria a preparação para o Ensino Fundamental, uma ideia a princípio já superada ao menos teoricamente, mas a Agenda tem como meta a oferta para todas as crianças da pré-escola, de modo a estarem preparados para a educação primária. Além disso, traz em seu texto a importância de que as aprendizagens das crianças sejam monitoradas desde cedo. Desta forma, fica clara a sanha avaliadora para a Educação Infantil também, além do Ensino Fundamental; e, por fim, outro aspecto é o favorecimento da indústria farmacêutica no anexo na legislação do ECA que visa a avaliação e o uso de testes, protocolos nos primeiros 18 meses de vida para detectar possíveis riscos futuros de ordem psíquica.

Desta forma, esses são alguns pontos questionados com relação a BNCC na educação infantil por autores e estudiosos, o que alguns especialistas consideram um avanço nessa etapa, outros avaliam como retrocesso.

A GESTÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO DE ESTUDO E IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC

A implementação da BNCC depende de estudo e apropriação por parte dos gestores, corpo docente, instituição escolar, conforme observa-se na Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017 que vem instituir e orientar:

Art. 15. As instituições ou redes de ensino podem, de imediato, alinhar seus currículos e propostas pedagógicas à BNCC.

Parágrafo único. A adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até o início do ano letivo de 2020.

[...] Art. 17. Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do §8º do Art. 61 da LDB, devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com Art. 11 da Lei nº 13.415/2017.

§ 1º A adequação dos cursos e programas destinados à formação continuada de professores pode ter início a partir da publicação da BNCC.

§ 2º Para a adequação da ação docente à BNCC, o MEC deve proporcionar ferramentas tecnológicas que propiciem a formação pertinente, no prazo de até 1 (um) ano, a ser desenvolvida em colaboração com os sistemas de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO, p.11. 2017)

Assim, a Resolução supracitada orienta que a formação de professores esteja alinhada com a BNCC, tanto a formação inicial quanto a continuada. Esse é um ponto polêmico, visto que dá a ideia de que a formação de professores precise atender somente as demandas da BNCC, desconsiderando outros saberes necessários à docência e mais amplos do que aquelas competências e habilidades listadas na Base.

Além disso, cabe ressaltar que é de responsabilidade do MEC proporcionar as ferramentas tecnológicas necessárias para efetivar a formação docente, para isso muitas vezes cabe ao gestor a organização do tempo e preparação da instituição escolar, porém, é imprescindível o trabalho em equipe, tanto na própria escola quanto em nível de orientação municipal em âmbito educacional.

O gestor é o indivíduo que orienta o processo na instituição, aquele que gere a escola, os processos pedagógicos, administrativos e burocráticos em parceria com a equipe diretiva. Desta forma, o papel do gestor escolar é fundamental para esse contexto de implementação, no entanto, para esse profissional também é essencial formação e preparação:

O administrador da educação e da educação escolar, em especial, deve ser contemplado com processos de formação geral iguais a todo e qualquer educador. Ao mesmo tempo, ele deve receber uma formação específica que o credencie às inúmeras tarefas e funções que se lhe são exigidas (CURY, 2001, p.16, apud GRACINDO, 2009, p. 142).

Sabido que no contexto de estudo e implementação da BNCC o gestor deve ter conhecimento do documento, assim como o documento orientador do território de cada município, no caso do município de Erechim (DOTME - Documento Orientador do Território Municipal de Erechim), bem como os que serviram de sustentação para a construção do mesmo, é desafiador que os gestores na contemporaneidade careçam de preparação para poder orientar os professores, funcionários, crianças,

instituição escolar, tornando-se mediadores desse processo, realizando um trabalho em equipe e democrático.

Além do estudo desses documentos nacionais e locais, é importante que se promova nas escolas uma formação continuada que faça a imersão nas problemáticas daquela realidade educacional local e construam um currículo escolar voltado para atender essas especificidades. Portanto, não se trata apenas de uma transposição das competências e habilidades da BNCC para os currículos escolares no sentido de um alinhamento. Faz parte de uma formação continuada de professores uma leitura crítica da realidade educacional e o estudo da BNCC é parte disso.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Dada a natureza do objeto de estudo, a pesquisa foi qualitativa, documental e de estudo de caso. De acordo com Gil (2002), na pesquisa qualitativa a análise de dados se torna menos formal se comparada à quantitativa, uma vez que na primeira pesquisa, a análise depende de muitos fatores, sendo a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos utilizados na pesquisa e o arcabouço teórico que norteou a investigação.

A pesquisa documental é, segundo Gil (2002), baseada na natureza de suas fontes, pois, desenvolve-se a partir de materiais que ainda não foram analisados ou que podem até mesmo ser reelaborados conforme o objeto da pesquisa. Além disso, segundo o autor, as fontes da pesquisa documental contam com materiais diversificados, sendo classificados por ele como “documentos de primeira mão” e “documentos de segunda mão”, aos primeiros, o autor refere-se a documentos que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, alguns documentos como diários, cartas pessoais, regulamentos, ofícios, memorandos, arquivos de órgãos públicos, associações científicas. Já quando se refere à segunda fonte de materiais, “materiais de segunda mão” traz documentos que de alguma forma já passaram por análises, como tabelas estatísticas, relatórios de pesquisa e de empresa, etc. Esta pesquisa utilizou documento de primeira mão, a saber: documento Base Nacional Comum Curricular.

Por se tratar de uma investigação na rede municipal de ensino do município de Erechim/RS, a pesquisa desenvolvida foi exploratória. Conforme afirma Trivinos (1990), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. A pesquisa também é de estudo de caso. De

acordo com Yin (2001), o estudo de caso é compreendido como um método que abrange tudo, incorporando específicas abordagens de coleta e análise de dados. Assim é uma estratégia de pesquisa abrangente, possibilitando variações de características dentro da própria pesquisa. Desta forma, um estudo de caso é portanto, segundo o autor Yin (2001, p.32), “uma investigação empírica que (...) investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Assim, consiste em uma investigação de um fenômeno contemporâneo e seu contexto, objetivando trazer clareza ao fenômeno de estudo.

A pesquisa justificou-se porque a educação a nível nacional passa por adaptações e mudanças, antes mesmo da pandemia Covid-19 no ano de 2020, documentos norteadores da Educação Infantil foram formulados embasados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, originando desta forma, a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular Gaúcho, e conseqüentemente o Documento Orientador do Território de Erechim/RS. Assim, as escolas do município e do país inteiro passaram por adaptações nesse ano, visando a implementação da BNCC, tornando a pesquisa aqui apresentada uma ferramenta de análise dessa implementação nas escolas municipais de Educação Infantil de Erechim/RS e refletindo sobre as formas de condução dessa implementação sob as lentes dos gestores e professores das EMEIs.

A coleta de dados para a pesquisa em questão, deu-se por meio de questionários, a serem respondidos de maneira on-line, devido ao contexto pandêmico em questão. Foram dois tipos de questionário: um para docentes que atuam na educação infantil da rede municipal de Erechim/RS (roteiro no Anexo B) e outro tipo de questionário para gestores escolares (roteiro no Anexo A), utilizando como critério 01 membro da equipe diretiva de cada escola.

A pesquisadora fez o convite para participação na pesquisa por meio de e-mail. De posse dos e-mails institucionais de cada escola, disponibilizados pela Secretaria de Educação do município, a pesquisadora enviou mensagem individual apresentando-se, descrevendo a pesquisa e informando o link de acesso ao questionário. Esse e-mail foi recebido pela equipe gestora de cada escola. Foi por meio dessa equipe que os professores tiveram acesso ao convite de participação, pois nesse mesmo e-mail foi solicitado que as equipes diretivas encaminhassem a

mensagem aos professores que atuavam naquela escola. O profissional que desejasse participar da pesquisa clicaria no link de acesso ao questionário e, anterior às questões do instrumento, teve acesso ao “Termo de consentimento livre e esclarecido”³. Se o profissional clicasse em “concordo”, ele seria conduzido às questões. Se ele clicasse em “não concordo”, ele não visualizaria as questões e, conseqüentemente, não responderia o questionário.

O questionário on-line ficou aberto para contribuições no mês todo de outubro de 2021. Após esse período, a pesquisadora encerrou o questionário, baixou em seu computador de uso pessoal os dados para realizar a análise e excluiu o questionário do drive. Após o tempo de guarda (5 anos), esse material será destruído. Além da pesquisadora, teve acesso a esses dados sua orientadora, que está registrada na Plataforma Brasil como colaboradora da pesquisa.

De acordo com o Censo Escolar de 2020, o município de Erechim é mantenedora de 10 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e possui, em sua rede atuando no nível citado, aproximadamente, 250 professores, que atuam como gestores escolares e/ou como docentes regentes de turma. Todos os professores atuantes nessas EMEIs de Erechim foram convidados a participar da pesquisa. Dessa forma, o critério de inclusão para participação na pesquisa foi ser profissional da educação (professor ou gestor escolar) de escola de educação infantil da rede pública municipal. O critério de exclusão foi professores que por motivos diversos estavam em afastamento de seu trabalho durante os anos de 2019 a 2021, tendo por base que foi nesse período que as escolas realizaram estudos e discussões sobre a implementação da BNCC, objeto da investigação.

Assim, os dados para a pesquisa foram coletados em/com:

- a) Documento oficial: Base Nacional Comum Curricular;
- b) Professores e gestores que estão em exercício de suas atividades em Escolas Municipais de Educação Infantil em Erechim/RS.

Para a análise dos dados coletados foi utilizado o método da Teoria Fundamentada (CHARMAZ, 2009). De acordo com o autor, as etapas para análise de dados são: a coleta dos dados, na sequência a separação, classificação e sintetização dos dados por meio da codificação qualitativa culminando em uma teoria fundamentada. Na coleta, constroem-se esses dados por meio da observação,

³ A pesquisa aqui relatada foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFS) sob CAAE 50920521.1.0000.5564

das interações e dos materiais reunidos sobre o ambiente ou tópico. Segundo o autor, estuda-se as experiências e os eventos empíricos, seguindo as ideias analíticas e intuições do pesquisador, assim a vantagem do método da teoria fundamentada é conter diretrizes explícitas, as quais indicam como proceder na pesquisa.

Assim, avançando para a codificação que refina os dados, classificando-os fornecendo instrumentos para que se possa comparar os segmentos, comparações são realizadas e a compreensão analítica toma forma, segundo o autor. Para Charmaz (2009) ainda, o pesquisador a partir dos dados constrói um nível de abstração e posteriormente reúne dados adicionais que verificam e afinam as categorias analíticas, culminando em uma compreensão teórica do estudo em questão.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

RESULTADO DA PESQUISA COM PROFESSORES

O presente estudo contou com a participação de 11 professores. Eles responderam perguntas abertas e fechadas de um questionário on-line. A primeira questão referia-se ao tempo de trabalho como docentes de escolas de Educação Infantil. Quatro responderam que possuem menos de 5 anos, três que possuem de 5 a 10 anos e quatro atuam a mais de 15 anos.

A questão número dois, sobre suas participações em formações continuadas sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e como essas formações aconteceram, dois docentes relataram que não participaram desses momentos. Nove afirmaram que participaram; destes, 3 relataram que foi por meio de convocações, quatro por meio de convite, 1 participou das duas formas. Um professor não respondeu.

Na sequência, a terceira questão perguntava como foram desenvolvidas as formações que estiveram presente (periodicidade, carga horária/dia, dinâmica e metodologia dos encontros, material recebido...). Obtivemos respostas diversas, porém, de maneira geral, na metodologia dos encontros os docentes relataram que ocorreram de formas presenciais ou on-line, alguns materiais utilizados foram vídeos explicativos, materiais impressos como textos de leitura e houve também para alguns professores interação entre pequenos grupos, reflexões mensais, socialização com o grande grupo de professores ou palestras também foram citadas pelos docentes.

Questionados sobre se a equipe gestora promoveu momentos in loco para discutir a BNCC, nove professores responderam sim, avaliando os encontros como ótimas reflexões em que traziam sugestões aos professores, consideraram momentos pertinentes e apenas um docente em sua resposta ressaltou que achou pouco aprofundado. Dos docentes que responderam a questão, um não recebeu a oportunidade de formação in loco, salientou que trabalhava em instituição privada e a equipe gestora não disponibilizava hora extra, ou tempo durante os períodos de trabalho para o estudo. Além disso, apenas um professor não respondeu a questão perguntada.

Na questão 5, “Como você avalia a própria BNCC para a Educação Infantil? Qual seu posicionamento em relação ao que a Base propõe para essa etapa da educação básica?”, pode-se observar que 8 docentes avaliaram positivamente,

destacando alguns pontos como o professor 1 quando coloca que a vê como um avanço, uma vez que “muitas escolas de Ed Infantil não seguiam um currículo adequado a infância e com a normativa essas escolas puderam se readaptar tendo com embasamento a BNCC conciliando com a realidade da escola”. Porém, ao mesmo tempo, salienta que para a outra parte da etapa da educação básica a BNCC (Ensino Fundamental e Médio) se torna um retrocesso. Além desse, é importante destacar as concepções do Professor 11, que traz a presença dos direitos de aprendizagens para esta etapa da educação básica, destacando que é “Fundamental para nossa prática pedagógica, pois estabelece os direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se,” assim como o professor 10, que avalia o documento de maneira a destacar que a mesma traz a prática do docente e reflete a necessidade de repensar conceitos na Educação Infantil, “A Base é Nacional, o importante é a prática do educador na sua sala de aula, precisamos rever o conceito de competências numa sala de educação Infantil”. Assim, como o docente 9, quando coloca de forma positiva a orientações do documento mas apresenta um contraponto, “Muito boa! Ótimas ideias no papel mas que na realidade nem sempre conseguimos seguir tudo”. No entanto, o professor 7 avaliou o documento negativamente afirmando que a BNCC é “Muito papel e pouco trabalho a ser realizado em sala. As crianças não têm base. Tudo muito aleatório”. Além desses, o professor 4 não soube avaliar por ser cedo ainda, estando em um ponto inicial se apropriando e refletindo o documento.

A questão 6 perguntava se os docentes conseguiam visualizar a BNCC em sua prática docente, a efetividade da BNCC e os direitos de aprendizagens na Educação Infantil. Sete docentes avaliaram positivamente, justificando que se inspiram no documento. Conforme a fala do Professor 2, “Com certeza, minha inspiração”. Já dois docentes, avaliam positivamente em partes e um docente avalia negativamente. O professor 7 por exemplo, possui a seguinte opinião: “Não. Acredito que do jeito que foi elaborado não tem um bom rendimento”.

Na questão 7 “Você considera que a pandemia dificultou o processo de estudo e implementação da BNCC na escola? De que maneira?”, cerca de 7 professores responderam afirmativamente, relatando a maior dificuldade nas atividades remotas, que embora tentassem seguir a BNCC, era difícil pensar em propostas para que as famílias compreendessem. Conforme o Professor 5 afirma, “Sim, na verdade a pandemia dificultou todos os processos de estudo não só

implementação como o processo de aprendizado por parte das crianças”. No entanto, 4 docentes opinaram que não sentem que a pandemia atrapalhou o processo de implementação, como o docente 7, que justificou: “Não. Quando iniciou a Pandemia praticamente já estava tudo pronto”, da mesma forma o Professor 4 afirmou: “Penso que não pois ainda estamos num processo inicial”.

Assim, quando questionados sobre a atuação da equipe gestora da escola nesse processo de implementação da BNCC na Educação Infantil, os docentes relataram de forma positiva em falas como: “Muito boa! A gestão está sempre preocupada com a formação continuada, propõe estudos e socializações. Além de recentemente propor estudo durante o tempo de trabalho, o que é de grande importância para nós professoras. A coordenadora da escola também auxilia durante os planejamentos dando devolutivas, esse apoio é muito importante” (Professor 1). Além desse, o docente 11 pontuou: “Muito boa, nos dá o suporte necessário, para garantir o direito a aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todas as crianças”, assim, o Professor 3 também salientou: “Ótima, muito maravilhosa pois a equipe busca sempre trazer sugestões para os professores, auxiliando muito em todos os processos”.

Na questão 9 os docentes contavam com um espaço para redigir observações que achavam pertinentes à pesquisa, que sentiram não ter sido contempladas nas questões anteriores. Com isso, nos chamou a atenção o apontamento do Professor 7 quando afirma que “Acredito que essas mudanças não vieram para somar. Ficamos muito perdidos com a quantidade de informações. Muito preenchimento de papel. Muito vazio de conteúdo e bases que precisam ser trabalhados. Uma política pública muito aleatória”. Com isso, o que podemos observar é que nos vemos pertencentes no que nos faz sentido, nos contextos e processos dos quais participamos, contatamos um propósito quando de alguma maneira contribuímos com ele, e nesse sentido, pode ter existido uma falha na construção da BNCC, segundo os autores:

[...] Várias contribuições foram realizadas e encaminhadas, porém, não se pode garantir que de fato a nova versão tenha incorporado importantes contribuições de instituições públicas e privadas do País. No caso da educação infantil houve colaborações de diferentes grupos envolvidos com o campo, porém, o argumento apresentado pelas comissões organizadoras em relação aos cortes na redação foi de que o texto deveria ser de natureza operativa, não cabendo aprofundamentos teóricos e metodológicos (BARBOSA, SILVEIRA, SOARES, 2019, p.81).

Assim, observamos que o Professor 7 compartilha dessa ideia, não se sentindo pertencente ao processo, tendo que se apropriar de um documento no qual não participou com reflexões, contribuições, debates e hoje visualiza como burocracias das quais precisa administrar sem ver um sentido maior ao processo, à educação propriamente dita.

Com a homologação da nova Base Nacional Comum Curricular para a escola básica brasileira, os professores depararam-se com uma listagem de conteúdos elaborados por especialistas a pedido do Ministério da Educação com os argumentos de que a educação necessita de uma nova orientação curricular, que as escolas mostram-se desconectadas da nova realidade mundial (MANFRÉ, 2020, p.24).

Portanto, podemos observar nas contribuições dos docentes na pesquisa que em sua maioria observam a BNCC de maneira positiva, a consideram um avanço importante no processo educacional brasileiro na etapa da Educação Infantil que está aqui referida, no entanto, o que sentimos com as contribuições foi a falta de reflexão sobre o documento antes e ainda depois de sua construção.

No entanto, a pesquisa nos permite observar que de acordo com a opinião dos docentes, os gestores nesse período de implementação foram vistos no geral de maneira positiva, realizando e promovendo momentos formativos de acordo com suas possibilidades, para auxiliar no processo de conhecimento e estudo do documento, estudo, mesmo uma normativa que ao ver dos docentes já veio “pronta”, mas que é importante de ser refletida e até mesmo questionada. Para isso, compartilhamos a reflexão de Manfré (2020) quando afirma que:

Do mesmo modo que para a formação é essencial que se tenha tempo para experimentar, para tocar, para elaborar, para refletir, para experimentar, pensamos que a escola, na condição de lócus privilegiado para a educação, deveria favorecer um pensamento para a resistência e para a contradição. Para não andar na contramão da formação e da emancipação, caberia à educação reelaborar-se criticamente mediante um processo ininterrupto de autorreflexão consciente de que, no atual contexto, a educação filia-se às exigências do mundo da produção. Entendemos o “chão” escolar como um espaço conflituoso, cheio de significações de seus diferentes atores sociais. É um espaço de permanente ação, reflexão e crítica permeada por valores que não devem ser controlados pelos legisladores neoliberais excludentes (MANFRÉ, 2020, p.27).

Para tanto, esse movimento de questionamentos é importante no chão de escola, como afirma o autor, é essencial que o pensamento crítico permeie os espaços de ensino, concordando ou discordando do que é imposto. Os docentes se dividem nas opiniões quando questionados como avaliam a BNCC, mas o processo formativo é assim, construção e desconstrução, o autor traz a BNCC sob as lentes

críticas relacionadas ao neoliberalismo, a exclusão, o que conversa com o posicionamento de alguns professores que afirma que a BNCC veio já construída, excluindo os professores e profissionais da área nesse processo que antecedeu a sua implementação.

RESULTADO DA PESQUISA COM GESTORES

No presente estudo de caso, 06 gestores que atuam em escolas de Educação Infantil do município de Erechim/RS participaram da pesquisa respondendo o questionário on-line encaminhado aos e-mails das escolas de atuação.

Quando questionados sobre seu tempo de trabalho em gestão escolar, um gestor relatou que atua a menos de 2 anos, dois gestores atuam de 2 a 4 anos, dois atuam de 4 a 8 anos e um atua a mais de 8 anos.

A questão número 2 trazia a seguinte pergunta: “Na escola em que você atua como gestor, foram organizados momentos de estudo para Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Se sim, como foram conduzidos esses momentos e qual a periodicidade deles?” Todas as respostas foram afirmativas, trazendo relatos das conduções durante o ano letivo, sendo elas: on-line e presenciais, e alguns ainda sob orientações da mantenedora como relata o Gestor 1: “Sim. Foram conduzidos primeiramente sob orientação da SMED, com momentos de formação divididos em 6 encontros. Após, foram organizados estudos e participações em formações oferecidas pelas equipes diretivas, ou encontros virtuais também ofertados pela SMED”. O Gestor 4 relata a formação ocorrida no ano de 2019: “Sim, no ano de 2019 foram realizadas uma vez por mês paradas nas aulas da Escola para fazer a leitura e discussões do documento”. No entanto, aqui observamos um contraponto indireto com as respostas dos docentes: dos 11 docentes que responderam a pesquisa, nem todos participaram de momentos formativos in loco sobre a BNCC, mas dos 6 gestores participantes, todos ofereceram esses momentos, até mesmo organizados pela SMED. Essa informação não se revela uma contradição, visto que como as respostas aos questionários são anônimas, não temos como identificar quais escolas os professores e gestores estão vinculados para estabelecer relações diretas entre as respostas eles.

A terceira questão tratava de como avaliavam a formação que eles - gestores escolares - receberam no que se refere à BNCC. Quatro avaliam positivamente justificando que foram enriquecedoras, que agregaram conhecimento e conseguiram envolver-se nos estudos. Em contraponto, 2 gestores avaliam negativamente, pois

além de observarem ser a mesma formação que as dos docentes, apenas de maneira antecipada, observaram também que estava confusa no início, não seguindo uma linha. Conforme a fala do Gestor 1: “Primeiramente ficou confusa, pois não foi seguido uma linha de estudos (diferentes esferas como primeiro estadual, após particular e por último foi uma parceria com público/ privado). Após um tempo começamos a ter uma formação mais clara e objetiva do que a BNCC nos apresenta para a Educação Infantil/ ensino fundamental”.

Desta forma, quando questionados sobre aspectos que a EMEI já concretizou sobre a BNCC, 5 gestores afirmaram que já realizaram movimentos após a BNCC, sendo que quatro já ofertaram formação continuada, momentos de estudo e reflexões sobre o documento, cinco já revisaram o Projeto Político-Pedagógico e outros documentos da escola, como projeto anual. Um gestor não respondeu a questão.

Na questão 5, sobre aspectos que a gestão ainda planeja em relação à implementação da BNCC, dois caminhos possíveis foram observados, um relacionado à continuidade da formação aos docentes e outro sobre a adequação dos documentos da escola. Assim, quatro gestores planejam continuar ofertando formação continuada e um planeja trabalhar nos documentos orientadores da escola.

Na questão 6, que tratava das dificuldades no contexto da pandemia, de maneira geral, quatro trouxeram dificuldades na relação escola x famílias no processo de compreensão das propostas remotas, interação e contato. Além disso, cinco trouxeram dificuldades em adequar as propostas pedagógicas, adaptação das atividades remotas ao que a BNCC propõe e ao que a escola tinha como premissa.

A questão 7, sobre o papel da equipe gestora da escola no processo de estudo e implementação da BNCC na educação infantil, surgiram respostas completas e muito significativas como a do Gestor 1: “A equipe deve proporcionar diferentes momentos de debates, estudos, representa um papel essencial, pois é no chão da escola que se tem e se vê a criança e seus anseios e curiosidades”. Já o Gestor 2, acredita que devem assegurar “Incentivo diário, proporcionar momentos de reflexão e leitura, sugerir materiais, acompanhar o processo de ensino-aprendizagem”, assim como o Gestor 3 faz menção ao documento BNCC quando afirma que o gestor deve: “Estar à frente para conseguir mobilizar o grupo envolvido, para que o documento possa realmente fazer parte do planejamento e do dia dia

escolar”. Da mesma maneira que o Gestor 5 crê que deve: “Proporcionar e participar de momentos de estudo incentivando a implementação da BNCC na prática pedagógica; Promover momentos de planejamento das propostas de experiências com estudo na BNCC; Acompanhar a prática pedagógica sugerindo propostas que venham ao encontro da BNCC; Promover momentos de avaliação e reavaliação da prática pedagógica; Promover momentos de troca de experiências voltadas a implementação da BNCC; etc”.

A questão 8 incentivava que fizessem apontamentos e contribuições que as perguntas anteriores não contemplassem. Ressaltamos a consideração do Gestor 4: “A BNCC trouxe muitos aspectos que precisam ser repensados para a Educação Infantil, a criança ser o centro do planejamento, valorizar os seus conhecimentos, a aprendizagem por meio da interação e da brincadeira, no entanto temos que ter cuidado esse documento ser orientador da prática e não segui-lo como um manual”.

Desta maneira, observamos a concepção que os gestores possuem do próprio documento e do processo formativo dos profissionais da escola, assim como a importância da revisão dos documentos orientadores das escolas, concepções que conversam com a autora Carvalhêdo (2020):

Consequentemente, a dimensão prática da ação pedagógica deve permear os processos de formação. A começar pela formação dos professores, como afirmam Oliveira e Carvalhêdo (2019), porquanto a prática deve assumir uma posição de centralidade, pois se afastar dela pode motivar uma formação restrita apenas à base teórica, sem significado para o contexto escolar. Portanto, a formação deve, além de possibilitar a apropriação dos princípios e conteúdos da BNCC, pela equipe gestora e pelos professores da escola, favorecer a elaboração ou reelaboração do PPP pelos professores no âmbito escolar, e enfatizar práticas relacionadas às dez competências a serem desenvolvidas no ensino básico (CAVALHÊDO, 2020, p.5).

Além disso, percebemos a importância que a relação com a comunidade, famílias tem para os gestores, em suas respostas consideraram grande desafio no contexto pandêmico esse distanciamento das famílias e o planejamento das propostas remotas, uma vez que se preocupavam com a compreensão dos responsáveis sobre as atividades e da mesma maneira refletiam sobre o protagonismo das crianças nesse contexto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC traz desafios consideráveis para a educação, inclusive para a gestão escolar. Por isso, interessou-nos compreender o papel do Gestor Escolar no processo de estudo e implementação do documento normativo nas escolas municipais de Erechim/RS. Os dados coletados com 17 participantes (11 professores e 06 gestores) permitem afirmar que o processo está inacabado, as equipes gestoras e profissionais da área ainda estão se apropriando da BNCC, refletindo suas implicações no contexto escolar da Educação Infantil que é o foco do presente estudo.

Com isso, é importante pontuar que o município ainda está em processo de elaboração do DOTME (Documento Orientador do Território de Erechim), pois no ano de 2019 apenas a primeira parte do documento foi construída, com a participação de alguns docentes da etapa. Neste ano de 2021, a segunda parte está sendo elaborada, com auxílio de profissionais da área. Na primeira parte do documento estavam presentes apenas os Objetivos de Aprendizagem e desenvolvimento da etapa da Educação Infantil, não considerando concepções e as ementas dos campos de experiência que estão presentes na BNCC.

No entanto, o que se evidencia ao final da pesquisa, é a importância e o comprometimento dos gestores escolares nesse processo. Nas respostas obtidas pelos docentes participantes está evidente as contribuições (momentos de diálogos, estudo, reflexões) dos mesmos nesse processo de implementação, mesmo que em suas limitações de tempo, espaços, demandas.

Para tanto, a amostra dos dados coletados nos permite identificar o comprometimento no papel do gestor escolar conforme afirma Cavaliêdo (2020), quando diz que esse processo requer pessoas comprometidas, uma vez que o documento sozinho não produz mudanças. Para isso, o gestor assume essa responsabilidade de implementar essa proposta, quando sensibiliza a comunidade escolar, os auxiliando a compreender a relevância da BNCC, e como conduz a repercussão das decisões tomadas coletivamente para que o processo educacional seja de qualidade e no sentido de autonomia e desenvolvimento. Ou seja, os gestores devem contribuir para que a comunidade escolar se sinta parte do processo, se aproprie e auxilie nessa implementação, aspecto de participação inclusive que foi criticado pelos docentes partícipes do estudo com relação à elaboração do documento.

Assim, de acordo com a amostra, analisando o trabalho dos gestores desenvolvido com os docentes no processo formativo na implementação do documento, os professores que responderam o estudo avaliaram de maneira positiva, observando que os gestores de sua escola realizaram o possível para garantir que a participação dos mesmos no processo efetivamente acontecesse. Aqui é importante ressaltar que o processo formativo dos gestores, segundo suas respostas, não foi muito diferente do que os docentes recebiam, no entanto eles eram responsáveis por organizar esses momentos e junto aos educadores realizar leituras e reflexões, o que nos parece que a formação aconteceu de maneira mútua, uns aprendendo com os outros, em uma ação contínua e inacabada.

No entanto, no ano de 2020 sabemos que o mundo foi assolado pela Pandemia COVID, ano esse que seria de implementação do documento, com isso grandes impactos foram sofridos, e dentre eles o distanciamento social e o envio de atividades para serem realizadas em casa pelas famílias e crianças. Com isso, os docentes e gestores relataram suas angústias sobre esse aspecto. A pandemia trouxe um atraso à implementação da BNCC, pois foi necessário reinventar-se nas questões básicas, como o planejamento das propostas. De que forma planejar para que houvesse compreensão da família garantindo o protagonismo da criança?

Os dados coletados nos permitem concluir que a implementação acontece a passos lentos, o processo formativo da escola é inacabado e não finito, o que se observa é que esse processo se dará de forma mútua e coletiva, apropriando-se e refletindo o documento, relacionando-o com sua prática efetiva e seu contexto real. Por fim, ressalta-se a necessidade de ultrapassar o entendimento da BNCC como documento prescritivo para as escolas e utilizar os tempos e espaços da formação continuada para fazer uma leitura crítica desse documento, a fim de elaborar projetos pedagógicos que atendam às especificidades daqueles sujeitos que ali convivem e não algo unilateral que somente atende a legislação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.; DOURADO, L. (orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

BARBOSA, I. G.; SILVEIRA, T. A. T. M.; SOARES, M. A. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da**

Escola. Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP N° 2**, de 22 de dezembro de 2017. Brasília: Diário Oficial da União, 22/dez, 2017. Seção 1, pp. 41 a 44.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CAVALHÊDO, J. L. P. Gestão da escola básica pública e BNCC: quais as implicações?. **Revista Exitus**. Santarém/PA, v. 10, p. 01-12. 2020. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1123/614>> Acesso em: 28 nov. 2021 .

CORREA, Bianca. À Base de um golpe, a BNCC foi aprovada: implicações para a Educação Infantil. In: CÁSSIO, F.; CATELLI, R. (orgs). **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. – São Paulo: Ação Educativa, 2019. p. 95 – 107.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 edição. - São Paulo: Atlas, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática Exigências, práticas, perfil e formação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 12 ago. 2021.

MANFRÉ, A. H. Base Nacional Comum Curricular e (semi) formação: quais os dilemas da escola atual?. **Revista Contexto & Educação**. [S. l.], v. 35, n. 111, p. 9–28, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9373>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2 edição. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

1. Qual seu tempo de trabalho como gestor(a) de escola?
 - a) Menos de 2 anos
 - b) De 2 a 4 anos
 - c) De 4 a 8 anos
 - d) Mais de 8 anos

2. Na escola em que você atua como gestor, foram organizados momentos de estudo para Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Se sim, como foram conduzidos esses momentos e qual a periodicidade deles?

3. Como você avalia a formação que os gestores escolares receberam no que se refere à BNCC? Justifique.

4. Aponte aspectos que a EMEI onde você trabalha já concretizou em relação à BNCC (se já realizou formações continuadas na escola, já revisou o Projeto Político-Pedagógico ou outros documentos da escola, etc).

5. Aponte aspectos que a gestão escolar da EMEI ainda planeja em relação ao estudo e implementação da BNCC.

6. Cite dificuldades que a gestão escolar tem enfrentado nesse período de pandemia em relação à BNCC

7. No seu entendimento, qual o papel da equipe gestora da escola no processo de estudo e implementação da BNCC na educação infantil?

8. Utilize esse espaço para registrar algo que considera importante sobre a BNCC e que as perguntas acima não contemplaram.

ANEXO B – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Qual seu tempo de trabalho como professor(a) de escola de educação infantil?
 - a) Menos de 5 anos
 - b) De 5 a 10 anos
 - c) De 10 a 15 anos
 - d) Mais de 15 anos

2. Você participou de formações continuadas em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Quem organizava (secretaria de educação ou as próprias escolas)? Essas formações eram remetidas a você em forma de convite ou convocação?

3. Caso tenha participado, descreva como foram desenvolvidas as formações que você esteve presente (periodicidade, carga horária/dia, dinâmica e metodologia dos encontros, material recebido...).

4. A equipe gestora da escola em que você trabalha promoveu formação continuada in loco para discutir a BNCC? Em caso positivo, como você avalia essas formações?

5. Como você avalia a própria BNCC para a Educação Infantil? Qual seu posicionamento em relação ao que a Base propõe para essa etapa da educação básica?

6. Atualmente, você consegue visualizar em sua prática a efetividade da BNCC e os direitos de aprendizagem da Educação Infantil?

7. Você considera que a pandemia dificultou o processo de estudo e implementação da BNCC na escola? De que maneira?

8. Como você avalia a atuação da equipe gestora da escola onde trabalha em relação ao apoio na implementação da BNCC – Educação Infantil?

9. Utilize esse espaço para registrar algo que considera importante sobre a BNCC e que as perguntas acima não contemplaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por mais esse ciclo que se encerra, por capacitar-me de maneira a ter êxito nesse objetivo tão importante.

Ao meu esposo que compreendeu e muito me auxiliou e incentivou nesse processo. Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, e aos amigos que fiz durante essa caminhada de curso, pela amizade e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

À minha orientadora que de maneira tão especial me conduziu nessa linda trajetória. Meus sinceros agradecimentos e reconhecimento.